

revista
CIÊNCIAS DO TRABALHO

4

Junho de 2015

DOSSIÊ:
SAÚDE, TRABALHO E AÇÃO SINDICAL



ISSN 2319-0574



ESCOLA DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

ESCOLA DIEESE DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

REVISTA CIÊNCIAS DO TRABALHO

EQUIPE EDITORIAL

EDITORES

Geni Marques, DIEESE

Nelson Karam, Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Samuel Fernando de Souza, Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Sirlei Marcia de Oliveira, Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

EDITORAS DO DOSSIÊ SAÚDE TRABALHO E AÇÃO SINDICAL

Ana Claudia Moreira Cardoso, Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Ana Yara Paulino, DIEESE

Claudia Rejane de Lima, DIEESE

CONSELHO EDITORIAL

Ademir Figueiredo, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Brasil

Antônio Almerico Biondi Lima, Secretaria de Educação do Estado da Bahia, Brasil

Antônio José Correa do Prado, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Brasil

Barbara Weinstein, New York University, Estados Unidos da América do Norte

Carlos Henrique Vasconcellos Horn, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil

Chitra Joshi, University of Delhi, Índia

Clemente Ganz Lúcio, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Brasil

Dick Geary, Nottingham University, Reino Unido

Heloisa Helena de Souza Martins, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Hugo Cerqueira, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

John French, Duke University, Estados Unidos da América do Norte

José Dari Krein, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil

José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

José Sérgio Leite Lopes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Juan Manuel Palacio, Universidad Nacional de San Martin, Argentina

Klaus Petersen, Syddansk Universitet, Dinamarca

Lee Pegler, International Institute of Social Studies, Holanda

Marcel Van Der Linden, International Institute of Social History, Holanda

Marcia de Paula Leite, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil

Maria Cristina Cacciamali, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Mario Sérgio Salerno, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Renato Janine Ribeiro, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Rodolfo Porrini, Universidad de la Republica, Uruguai

Rodolfo Torelly, Ministério do Trabalho e Emprego, Brasil

Ruy Gomes Braga Neto, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Sandrine Kott, Université de Genève, Suíça

Sérgio Haddad, ONG Ação Educativa, Brasil

Silvia Maria Pereira de Araújo, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), Brasil

Silvio Angrisani Caccia Bava, Instituto Pólis, Brasil

Tânia Bacelar, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

Wilson Costa Amorim, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

TRADUÇÃO

Martín Lerner

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

samuel@dieese.org.br

rct.dieese.org.br



ISSN
2319-0574



ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

N. 4 (JUNHO DE 2015)

DOSSIÊ: SAÚDE, TRABALHO E AÇÃO SINDICAL

SUMÁRIO

Apresentação	01-05
DOSSIÊ	
O trabalho humano e a sua centralidade <i>Julio Cesar Neffa</i>	07-26
Gestão violenta e patologia organizacional: reflexões para uma intervenção articulada entre academia, serviços e movimento sindical <i>Mara Alice Batista Conti Takahashi,</i> <i>Paulo José da Silva Montanher,</i> <i>Alessandro José Nunes da Silva,</i> <i>Rodolfo Andrade de Gouveia Vilela</i>	27-47
Saúde e segurança no trabalho na União Européia: uma perspectiva crítica na visão da experiência sindical <i>Laurent Vogel</i>	49-66
Trabalho, saúde e ação sindical na atividade petrolífera <i>offshore</i> da Bacia de Campos <i>Marcelo Gonçalves Figueiredo</i>	67-87
Desemprego e desgaste mental: desafio às políticas públicas e aos sindicatos <i>Edith Seligmann-Silva</i>	89-109
Gênero e mal-estar no trabalho <i>Régine Bercot</i>	111-124
ENSAIOS	
Análise Coletiva do Trabalho: quer ver? Escuta <i>Leda Leal Ferreira</i>	125-137
Pessoas com deficiência: derrubando mitos e preconceitos <i>Carlos Aparício Clemente</i>	139-144
Saúde do trabalhador no processo de negociação coletiva: a necessidade de inclusão de questões determinantes do processo saúde-doença <i>Ana Claudia Moreira Cardoso</i> <i>Luciana Pena Morgado</i>	145-156
RESENHAS	
Ensaio sobre trabalhadores terceirizados e luta sindical, de Paula Marcelino <i>Santiane Arias</i>	157-159
Conhecendo a realidade das empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil <i>Thelma Santos</i>	161-166

DOSSIÊ: SAÚDE, TRABALHO E AÇÃO SINDICAL

Nas últimas quatro décadas, testemunha-se uma acelerada transformação política e econômica que, por sua vez, tem impactado profundamente o trabalho, tanto em sua dimensão técnica e organizacional, como na sua regulação. Entre esses impactos, aqueles que são mais visíveis para a sociedade acabam presentes nas pautas de negociação sindical, mesmo que com resultados negativos para os trabalhadores como as questões: do emprego, da flexibilização dos contratos e da jornada, da terceirização e da desregulamentação dos direitos trabalhistas.

Por outro lado, há temas relacionados ao trabalho que, apesar de serem menos visíveis para a sociedade e terem menor centralidade nos processos de discussão e negociação, são diuturnamente sentidos pelos trabalhadores e trabalhadoras, com repercussões importantes para sua saúde. Entre eles estão a implantação da gestão por metas e objetivos, a crescente intensidade do trabalho, o aumento da pressão, do controle, da responsabilização, da competição entre os trabalhadores e da sobrecarga física, mental e emocional (CARDOSO, 2014).

Retratada parcialmente nos dados oficiais de acidentes de trabalho, a saúde de quem trabalha, infelizmente, é a consequência ainda menos visível dessas transformações. Crescem e se diversificam as formas de sofrimento e das doenças ligadas ao exercício do trabalho: fadiga generalizada, dores musculares, estresse, ansiedade, angústia, depressão, medo, esgotamento profissional (Burnout), síndrome do pânico, LER/DORT, problemas de pressão e cardíacos, entre outras (Rivolier, 1989; Gollac, 2005; Dal Rosso, 2008; Seligmann-Silva, 2011).

É neste contexto que, em 2009¹, a Direção Sindical do DIEESE decidiu que a instituição iria incluir o tema da Saúde do Trabalhador nos eixos temáticos que orientam sua produção: emprego; renda; negociação coletiva; desenvolvimento; políticas públicas e saúde do trabalhador. O objetivo seria contribuir e reforçar a discussão da Saúde do Trabalhador que já vem sendo feita por entidades sindicais, instituições governamentais, academia e outros atores sociais. Assim, criou-se o Programa “Saúde, Trabalho e Ação Sindical”, que tem como

1 O DIEESE vem, há muito, realizando estudos sobre o tema da saúde pública e da saúde do trabalhador. A partir de 2008, por demanda da direção sindical, iniciou um processo sistemático de incorporação dessa temática à sua atuação. Seminários, cursos e pesquisas sobre a saúde suplementar e vigilância sanitária e sua relação com a saúde pública e Saúde do Trabalhador foram realizados mediante convênios com a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Também o Fórum Nacional das Centrais Sindicais sobre Saúde do Trabalhador (FNCSST) formou-se a partir da pesquisa-formação coordenada pelo DIEESE, sendo que a partir de 2010, o Fórum, composto por todas as centrais sindicais, DIEESE e DIESAT, vem realizando reuniões regulares. Houve ainda a participação ativa do DIEESE na IV Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e, na área de formação sindical, a instituição vem realizando diversas atividades sobre essa temática.

pressuposto a compreensão de que a possibilidade de intervir nos determinantes do adoecimento está relacionada, diretamente, à capacidade de transformar os processos de trabalho, modificando as situações que impõem riscos e sofrimento.

Para a construção desse Programa, o ponto de partida foi a discussão sobre a maneira como abordar a temática da Saúde do Trabalhador. A partir de qual concepção de saúde? De qual compreensão da relação entre saúde e doença? De qual olhar para a relação entre trabalho e saúde? Como contribuir para a ação sindical nos seus mais diversos espaços de atuação? Quais as informações necessárias?

Em conformidade com as noções que compreendem a saúde para além da sua dimensão estritamente biológica e individual, o DIEESE tomou como ponto de partida a compreensão da saúde como resultado de um processo histórico e social, que tem como determinante central o trabalho, seja porque na divisão social e sexual se situam as origens de diferenças e contradições sociais, seja pela distribuição desigual das condições e fatores de riscos (RODRIGUEZ, s/d).

Assim, a saúde vai refletir, por um lado, o contexto histórico, econômico, político e social de cada época e as características dos processos de trabalho nos vários setores produtivos e, por outro lado, as possibilidades de intervenção dos trabalhadores nas situações incômodas e difíceis, sejam elas decorrentes de condições ambientais, de normas e controles, da remuneração e intensificação do trabalho, ou então de outras exigências contratuais e da organização do trabalho.

Desta forma, a Saúde do Trabalhador é, antes de tudo, uma questão política, que perpassa o conjunto de demandas dos trabalhadores. É, portanto, é um tema transversal, de interesse da ação sindical como um todo e não somente das Comissões Internas para Prevenção de Acidentes - Cipas e de profissionais de saúde.

Esta visão está em diálogo com a teoria sobre os determinantes sociais do processo saúde-doença, ao ressaltar que devem ser analisados os determinantes biológicos e físicos, mas, sobretudo, os determinantes sociais deste processo (BUSS e PELLEGRINI, 2007). Ou seja, quando a saúde é pensada como um processo socialmente determinado, abre-se espaço para a atuação e intervenção do sujeito e dos atores sociais naquilo que determina e influencia o sofrimento, o adoecimento e os acidentes no trabalho.

Assim, a análise dos determinantes sociais possibilita a melhor compreensão da relação entre as condições de vida e trabalho e a situação de saúde dos trabalhadores, evidenciando os fatores que influenciam/determinam a ocorrência de problemas de saúde (BUSS e PELLEGRINI, 2007). Esta lógica questiona a ideia, ainda existente, de que a explicação do adoecimento deve ser buscada sempre no indivíduo, seja em suas peculiaridades em termos físicos, fisiológicos, psicossociais como, por exemplo, em sua história de vida no núcleo familiar; de que a culpa do adoecimento ou do acidente de trabalho

é do trabalhador – que não prestou atenção, que é aproveitador, preguiçoso, etc. (Maeno e Paparelli, 2013). Além disso, vale ressaltar que o perigo da culpabilização do indivíduo é ainda maior quando se trata de doenças mentais/emocionais, dado que estas raramente são pensadas como fruto do trabalho (DIEESE, 2013).

Se o objetivo é compreender o processo saúde-doença, é essencial estudar o trabalho, conhecer como o trabalho se realiza no contexto atual, em cada setor, em cada local de trabalho. Mas o que é estudar o trabalho? É conhecer suas diversas dimensões, suas condições técnicas e organizacionais, as estratégias utilizadas pelos trabalhadores para dar conta das tarefas e demais exigências e, ao mesmo tempo, lidar com o sofrimento; é conhecer as relações de trabalho, as formas de gestão, as condições ambientais, entre outras. Significa, ainda, compreender estas dimensões em diálogo com os valores da sociedade e com o momento histórico (DIEESE, 2013). É, sobretudo, compreender como os trabalhadores vivenciam o trabalho (Dal Rosso, 2008).

Mais especificamente, significa compreender as atuais demandas físicas, emocionais e cognitivas que vêm sendo feitas para os trabalhadores, ou seja, a quantidade de trabalho, a intensidade, o ritmo, as metas e objetivos, a pressão temporal. Mas, também, a complexidade do trabalho, o grau de responsabilidade e o contexto de mudanças constantes (seja em relação aos colegas de trabalho, à coordenação, à função, aos produtos, às normas, entre outras). Isto porque, de acordo com Dal Rosso (2008), a questão central é que o capital tem demandado cada vez mais trabalho de um mesmo trabalhador, tendo sido evidenciado, por diversos autores, a forte intensificação do trabalho nas últimas décadas (Durant, 2004; Gollac, 2005; Jégourel, 2010; Alves, 2011 e Cardoso, 2013).

Por outro lado, é essencial que sejam analisados quais são os meios que os trabalhadores têm para realizar o trabalho, isto é, quais as condições que as empresas oferecem para que os trabalhadores realizem o trabalho demandado. E, neste caso, mais uma vez, todas as dimensões do trabalho precisam ser consideradas. Qual o grau de autonomia/liberdade que os trabalhadores possuem? Eles são chamados a participar das mudanças na organização e na definição dos objetivos do trabalho? Os trabalhadores têm uma formação compatível com o trabalho que é demandado? Têm informação suficiente? Têm tempo suficiente para realizar o trabalho demandado? Consideram sua remuneração socialmente compatível com o trabalho realizado? Podem contar com o apoio da coordenação e dos outros trabalhadores ou o que predomina é a competição entre os mesmos? O trabalhador tem se sentido agredido em seu local de trabalho? Tem o seu trabalho reconhecido? Como são as condições físicas do seu local de trabalho? Os trabalhadores se sentem seguros no seu trabalho ou o que se explicita é a insegurança e o medo? (Cardoso, 2015).

Diante destes desafios, o DIEESE e a Escola DIEESE de Ciências do Trabalho, a partir do Programa “Saúde, Trabalho e Ação Sindical”, têm como objetivo contribuir para a sistematização e produção de conhecimentos, bem como a

construção de um novo campo de práticas capazes de reverter os elevados índices de acidentes e doenças gerados pelo trabalho.

O dossiê temático “Saúde, Trabalho e Ação Sindical” espera contribuir para essa discussão trazendo artigos que cobrem diversas abordagens, visões e atividades, cujos autores - da França, Bélgica, Argentina e Brasil - têm em comum o compromisso com os sujeitos do trabalho, ou seja, os trabalhadores e trabalhadoras.

O primeiro artigo, “O trabalho humano e sua centralidade”, escrito por Julio César Neffa, traz uma reflexão abrangente sobre o trabalho como atividade humana e as implicações de seu exercício no processo saúde-doença. Julio é pesquisador do Centro de Estudos e Investigações do Trabalho (CEIL), ligado ao Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (ConiceT), na Argentina.

“Gestão violenta e patologia organizacional: reflexões para uma intervenção articulada entre academia, serviços e movimento sindical” escrito a oito mãos, problematiza as estratégias empresariais competitivas tão comuns na atualidade, que “sugam a alma” e, conseqüentemente, a saúde dos trabalhadores. Seus autores – Mara Takahashi, Paulo Montanher, Alessandro da Silva, Rodolfo Vilela - vivenciam uma dupla inserção profissional, no trabalho cotidiano em Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (Cerest), e na Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP). Essa experiência resulta em intervenções articuladas entre pesquisa acadêmica, movimento social de saúde do trabalhador, movimento sindical e política pública, que potencializam a luta para transformações na organização do trabalho.

O texto seguinte vem da Bélgica, elaborado por Laurent Vogel, pesquisador do Instituto Sindical Europeu (ETUI), da Confederação Europeia de Sindicatos (ETUC). Como o próprio título explicita - “Saúde e segurança no trabalho na União Europeia: uma perspectiva crítica a partir da experiência sindical” -, é um artigo que aborda temas muito presentes nas negociações no início da construção da União Europeia, bem como as conquistas pelo sindicalismo de uma legislação preventiva à Saúde do Trabalhador e de controle social parcial das condições de realização do trabalho, o que resultou em um dos melhores indicadores de qualidade de vida na região. Todavia, as políticas neoliberais paralisaram esses avanços nos últimos anos e colocaram a incerteza (e o receio) de qual será o próximo cenário.

“Trabalho, saúde e ação sindical na atividade petrolífera offshore da Baía de Campos”, escrito pelo professor Marcelo Figueiredo, da Universidade Federal Fluminense (UFF), enfatiza os riscos de vida muito intensos a que estão expostos os trabalhadores nas plataformas petrolíferas marítimas: aos perigos mais evidentes e visíveis somam-se os sofrimentos subjetivos, dado pelos períodos alternados de confinamento e convívio social em terra, numa associação perversa de desgaste físico e psíquico. Diante dos inúmeros acidentes de trabalho graves e fatais que continuam a ocorrer no exercício da atividade petrolífera, Marcelo propõe um amplo debate e compromissos concretos entre os

representantes das grandes empresas, dos sindicatos dos trabalhadores e do poder público para que essa realidade seja transformada.

A médica Edith Seligmann-Silva desenvolve as implicações do “Desemprego e desgaste mental – desafio às políticas públicas e aos sindicatos”, tecendo considerações sobre desgaste e adoecimento mental tanto nas situações de trabalho, quanto nas situações de desemprego. Como a autora aponta, ao desamparo material e social junta-se “a vivência subjetiva do desamparo ou da ameaça iminente de que ele sobrevenha”. Uma das acadêmicas e militantes pioneiras em estudos sobre a Saúde dos Trabalhadores no Brasil em diálogo com os sujeitos do trabalho, a presença de Edith na Revista de Ciências do Trabalho é, antes de tudo, uma honra.

Finalmente, não podia faltar o tema transversal de gênero na questão de saúde-doença das mulheres e dos homens que trabalham. “O mal estar do gênero no trabalho”, de Régine Bercot, traça as relações de pertencimento a um ou outro gênero e os riscos diferenciados à doença no âmbito da atividade do trabalho. Indo mais além, a autora questiona qual seria a abordagem metodológica adequada para tal estudo, uma vez que implica analisar um volume considerável de variáveis (ou aspectos). Régine é professora da Université Paris 8 e membro do Centro de Pesquisa Sociológica e Política de Paris (GTM).

Mas o dossiê “Saúde, trabalho e ação sindical”, na verdade, não para por aí... A seção Ensaio também apresenta contribuições muito pertinentes ao tema central, como a metodologia da “Análise Coletiva do Trabalho (ACT): quer ver? Escuta”, por Leda Leal Ferreira; “Pessoas com deficiência – derrubando mitos e preconceitos”, por Carlos Aparício Clemente; e “Negociações e reivindicações sobre Saúde do Trabalhador”, por Ana Claudia Moreira Cardoso e Luciana Pena Morgado.

A todos que contribuíram para essa edição, nossos agradecimentos. Esperamos que a leitura e a discussão destes textos possam se desdobrar em estratégias de luta dos trabalhadores, do movimento sindical e dos movimentos sociais pela transformação da atividade do trabalho, informando, problematizando e combatendo as formas que contribuem para o adoecimento, na direção da conquista de trabalho e vida dignos, resgatando e fortalecendo a dimensão positiva na estruturação da saúde.